



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

O Pregoeiro do Ministério Público, designado pela portaria nº 1.566/07, torna público que no **dia 13 de outubro de 2008, às 14h30**, na sala de licitações, Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, em João Pessoa - PB, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo menor preço para o item ofertado, observadas às disposições contidas na **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 6.204/2007, Decreto Estadual nº 24.649/2003, de 03/12/2003, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93**, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Telefones para contato: (83) 2107-6073 – 6064

1. DO OBJETO

Seleção de pessoa(s) jurídica(s) do ramo pertinente para aquisição de quinhentas (500) Licenças Anti-Vírus com serviço de suporte técnico e atualização de versão, todo em conformidade com o que consta no Termo de Referência em anexo.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. **DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** - Para usufruir o tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), as licitantes **DEVERÃO** comprovar que estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração** (conforme modelo do Anexo III), declarando, sob pena da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir o tratamento favorecido e que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, ou **poderão** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

2.2.1. **A DECLARAÇÃO** deverá ser assinada pelo **sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular**, no caso de firma individual, **sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.**

2.2.2. **O DOCUMENTO (DECLARAÇÃO) QUE TRATA O ITEM 2.2 DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM A PROPOSTA OU, FACULTATIVAMENTE, JUNTO COM O CREDENCIAMENTO.**

2.2.3 – Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, que exclui do regime diferenciado e favorecido as ME e EPP que se enquadre em uma das hipóteses do parágrafo.

- a) *Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas.*

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça;
- c) empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si ou possua sócio comum nas empresas que apresentarem propostas para o presente certame, que no caso, será admitido a que apresentar a proposta escrita de menor valor entre elas;
- d) pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido no Setor de Protocolo, localizado na Procuradoria Geral de Justiça, situada na Rua Rodrigues de Aquino S/N, Centro de João Pessoa – PB, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - 3.1.1. Caso seja acolhida o a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O interessado ou seu procurador deverá apresentar-se, perante o pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais**.
- 4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do pregoeiro.
- 4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**
 - b) tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame,



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; (**copias autenticadas ou apresentar os originais para conferência**)

- c) o representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

4.5 Sendo A PROCURAÇÃO PARTICULAR, DEVERÁ TER FIRMA RECONHECIDA e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - contrato social onde se possa identificar o ADMINISTRADOR), que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.

4.6. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão. No caso de cópias, as mesmas devem estar autenticadas por tabelião ou serem pelo pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.

4.7. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.8. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.9. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes dos licitantes:

5.1.1. **Declaração, separada de qualquer dos envelopes** exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo II deste Edital, e

5.1.2. em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º 1) e Habilitação (envelope n.º 2),

5.2. Aberta à sessão não mais serão admitidos novos licitantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

Os conjuntos de documentos relativos a Proposta de Preço e a Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

- a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 010/2008/MP

LICITANTE: _____
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

- b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 010/2008/MP

LICITANTE: _____
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.3. Não será admitida a remessa postal dos envelopes com Proposta de Preço e Habilitação ou entrega em dia e hora divergente da estabelecida para a realização da sessão.
- 5.4. **Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no caso de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio.**
- 5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.
- 5.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.7. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório que possa comprometer o julgamento e análise das propostas, apresentados em língua estrangeira,



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

- 5.8. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.9. **A não-entrega da Declaração** exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.
- 5.10. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”.
- 6.2. A proposta para os lotes licitados deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, **com a identificação da razão social e CNPJ**, com a indicação do preço unitário do produto e total do item, devidamente datada e **assinada por representante legal (administrador contratual) ou por procurador legalmente constituído que deverá apresentar ou anexar documento probatório (outorgado por administrador contratual)**, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- a) designação do número desta licitação;
 - b) conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura. Na falta de tal informação será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
 - d) **declarar, no corpo da proposta, ou em escrito à parte, que** nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação. A Procuradoria Geral de Justiça não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;
 - e) **indicar o prazo de entrega dos bens, que não poderá ser superior a 15(quinze) dias corridos. A omissão da informação será considerado o prazo retro citado.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ n° 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2008**

- f) **Declarar, no corpo da proposta, a alíquota do ICMS usada na elaboração da proposta.** A omissão na informação será considerada como alíquota zero. Nos casos previstos, será aplicado o Decreto Estadual n° 20.210 de 22 de dezembro de 1998.
- g) **Declarar, no corpo da proposta, ou em escrito à parte** que não possui como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- h) **Os licitantes deverão ANEXAR JUNTO A SUA PROPOSTA os seguintes documentos, sob pena de ter sua proposta rejeitada:**

h.1. Declaração do fabricante, afirmando que estará disponibilizando estrutura de suporte ao licitante, caso seja vencedor do processo, durante o período de garantia.

h.2. Declaração do fabricante, afirmando que o licitante é revenda apta a comercializar, instalar, configurar e prestar atendimento técnico a solução ofertada.

h.3. Declaração do fabricante dos softwares informando que serão fornecidas as atualizações de versões dos produtos e assinaturas de vírus durante o período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

h.4. Declaração do fabricante informando que possui grupo de resposta à incidência de vírus, para o qual podem ser enviados, via FTP ou e-mail, arquivos contaminados que não foram detectados pelo software de antivírus para que sejam incluídos na base de vacinas.

h.5. Descrição detalhada da Solução Corporativa de Antivírus através de folders, ou catálogos ou manuais e/ou outros que possam comprovar a adequação do produto às exigências deste Projeto Básico.

- f) **NO CASO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar, PARA SE IDENTIFICAR no certame e usufruir o tratamento diferenciado estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06), DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo III ou apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente.**
- a) **e.1) A DECLARAÇÃO** deverá ser assinada pelo sócio administrador (**identificado no instrumento contratual**) ou pelo titular, **no caso de firma**



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.

b) O licitante que optar pela apresentação da declaração, caso seja vencedor, fica no **dever de apresentar**, no ato de assinatura do contrato ou entrega do bem, a Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado.

6.3. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.4. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das licitantes proponentes às condições deste edital.

6.5. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “B”

7.1. As licitantes deverão apresentar no envelope “B” – “Documentos de Habilitação”, documentos que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item.

7.2. Serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário.

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) **prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC), exigindo-se que esteja com data de validade vigente, se for o caso, relativo ao domicílio ou a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- c) **prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.**

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- l) certidão negativa de falência ou concordata, emitida pelo distribuidor da sede da licitante, **exigindo-se que tenha sido expedida, no mínimo, A PARTIR DO 1º (PRIMEIRO) DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2008.**

7.1.4. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo I.

7.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. **No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.**



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

8. DA SESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, **COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lance)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- 8.2. Aberta a sessão, os representantes legais entregarão ao pregoeiro, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (Anexo II) e, em envelopes separados, a proposta comercial e a documentação de habilitação.
- 8.3. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “A” contendo as propostas comerciais, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, e classificará as propostas dos licitantes de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para o item licitado.
- 8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que os representantes das licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.
- 8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos para o total do item até o encerramento do julgamento deste.
- 8.6. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor.
- 8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total de item, inferiores à proposta de menor preço, com redução mínima entre os lances de R\$ 50,00 (cinquenta reais). A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o preço total do item da Proposta. Fica facultada ao pregoeiro a possibilidade de redução do valor mínimo entre os lance.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

- 8.9. Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante para confirmação das suas condições habilitatórias
- 8.11.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.
- 8.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o item/objeto do certame.
- 8.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o item/objeto do certame.
- 8.13.1. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
 - b) apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
 - c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.
- 8.14. Nas situações previstas nos incisos 8.9., 8.10., e 8.13, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 8.15. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(e)s deverá(ão) apresentar ao Pregoeiro, **no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas após o encerramento deste Pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova Planilha de Preços**, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o anexo a este Edital e de acordo com o correspondente ao lote adjudicado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

- 8.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.
- 8.17. Não será motivo de desclassificação simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

8. A . CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PAQUENO PORTE

8.A.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **desde que devidamente registrada e enquadrada** no Registro de Empresas de Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, como ME ou EPP, terão tratamento diferenciado e favorecido no certame, conforme dispões a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

8.A.2. **PARA USUFRUIR DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO, AS LICITANTE DEVERÃO, IDENTIFICAR-SE NO CERTAME** como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no dia da sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, através da declaração, com modelo constante neste edital ou com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante.

8.A.3. O documento que trata o subitem anterior deverá ser anexado junto com a proposta, ou, facultativamente, junto da documentação de credenciamento.

8.A.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte gozarão dos seguintes tratamento diferenciado e favorecido:

- a) A comprovação de regularidade fiscal só será exigido para efeito de assinatura do contrato, se houver, ou antes do empenho.
- b) As licitantes ME ou EPP deverão apresentar, obrigatoriamente, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - b.1) As MEs e EPPs não podem deixar de apresentar nenhuma documentação exigida no ato convocatório, seja qual for, sob pena de ser inabilitada.
 - c) Havendo alguma restrição será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

- documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de certidão negativa;
- d) A não-regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação;
 - e) Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
 - f) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresa e empresa de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superior ao melhor preço;
 - g) Ocorrendo empate, a ME ou EPP mais bem classificada, será convocada, para, querendo, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
 - h) Havendo mais de uma ME ou EPP e não ocorrendo oferta na forma da letra anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem de classificação, que por ventura se enquadrem na hipótese da letra “f”, para o exercício do mesmo direito;
 - i) Na hipótese de valores equivalentes apresentados pelas ME ou EPP que estejam no intervalo da letra “f”, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta;
 - j) Quando a melhor oferta apresentada for de uma ME ou EPP não haverá empate na forma descrita na letra “f” ;
 - k) Não havendo apresentação de novas propostas por parte de ME e EPP o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta vencedora apresentada;
 - l) É obrigatória a presença de um representante da licitante credenciado para o exercício do direito a apresentar nova proposta, sob pena de preclusão.
 - m) O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigida para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação e deverá permanecer até a assinatura do contrato ou a notificação para entrega do objeto, este no caso de entrega imediata.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

9.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação.

9.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame, o licitante vencedor será comunicado para proceder à entrega do produto, no prazo estabelecido, bem com, será convidado, mediante notificação expedida para o seu representante credenciado ou em sua falta remetida para o endereço constante na proposta, para apresentar a Certidão Simplificada do seu Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso, e a retirar o instrumento contratual respectivo e a restituí-lo devidamente assinado por seu representante legal, **com firma reconhecida**, consoante estabelecido em seus atos constitutivos,



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

observado para esse efeito **o prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação. A administração poderá utilizar qualquer meio disponível para a notificação.

- 9.3. É facultado ao CONTRATANTE, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior e/ou não apresentar situação regular e a Certidão do enquadramento no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no anexo - instrumento contratual, observado o disposto nos subitens 8.13 e 8.14.
- 9.4. A contratação pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.
- 9.5. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação da contratação objeto deste certame com empresas que venha a contratar empregados que sejam cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de membros ou servidores do Ministério Público.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1. A licitante convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a proceder à entrega ou deixar de entregar a Certidão do seu enquadramento, e ainda, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 10.2. Fica facultada a Procuradoria-Geral de Justiça, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, tal como, o não cumprimento do prazo de entrega, aplicar à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta do licitante. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 30(trinta) de atraso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 5046.4219.33903900.13.00

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito de imediato após a efetiva entrega com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente a aquisição do objeto, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, não se admitindo reajuste, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. Os produtos só serão recebidos depois de certificado sua autenticidade pela Coordenadoria de Informática e Diretoria Administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em duas vias. Os técnicos da Procuradoria poderão solicitar informações e documentos na oportunidade da vistoria, ficando o licitante obrigado a atender.

13.2. No caso de produto rejeitado o licitante vencedor deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito, dentro do prazo de 10(dez) dias corridos, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem 10.2, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca. A Procuradoria-Geral de Justiça não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causado ao equipamento entregue e rejeitado pelo setor competente.

13.3. Deixando de proceder à troca do produto rejeitado no prazo estabelecido no item 13.2 e não se efetivando a entrega de produto sem defeito, a Procuradoria-Geral de Justiça remeterá o bem defeituoso ao depósito judicial da comarca, ficando o depositário isento de qualquer responsabilidade por danos ao equipamento, bem como a Procuradoria-Geral de Justiça.

13.5. Ocorrendo a hipótese do item 13.3, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará, em sessão pública, o licitante classificado em segundo lugar para proceder negociação para aquisição do bem, sem prejuízo das penalidades prevista para o licitante omissor.

14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

14.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

15.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

15.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será notificado para entrega os equipamentos no prazo definido neste edital.

16. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e, subsidiariamente, as disposições de Lei nº 8.666/93.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, e, em especial, pela autenticidade dos Softwares.

17.2. Reserva-se ao pregoeiro e aos técnicos de Informática da Procuradoria o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

- 17.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) adiada a data da abertura desta licitação;
 - b) alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 17.4. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.
- 17.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 17.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
- a) Anexo I - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
 - b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);
 - c) Anexo III – Modelo de Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
 - c) Anexo IV - Termo de Referência;
 - d) Anexo V – Minuta de Contrato

João Pessoa, 2008.

**FRANCISCO DE ASSIS MARTINS JUNIOR
PREGOEIRO OFICIAL**



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ANEXO I

PREGÃO Nº 010/2008/PGJMP

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social do LICITANTE) , inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

João Pessoa - PB, ____ de _____ de 2008

(Nome e assinatura do Declarante)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ANEXO II

PREGÃO Nº 010/2008/PGJMP

D E C L A R A Ç Ã O

_____ (Razão Social do LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do subitem 7.0 do presente edital.

João Pessoa, ____ de _____ de 2008

(Nome e assinatura do Declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ANEXO III

PREGÃO Nº 010/2008/PGJMP

Modelo de Declaração, apenas, para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

DECLARAÇÃO

(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual), CPF nº____, residente (rua; avenida, bairro e estado) **DECLARA** para os devidos fins, sob pena da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **declara** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local de data

Ass. do administrador ou representante

*Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ANEXO IV

PREGÃO Nº 010/2008/ MP-PGJ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Considerando a necessidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em viabilizar o desempenho das atividades deste órgão, o presente procedimento tem por finalidade a aquisição de quinhentas (500) unidades de SOLUÇÃO COMPLETA DE SOFTWARES DE ANTIVÍRUS compreendendo aquisição de licenças de software, atualização e suporte técnico, tudo de acordo com as especificações e quantitativos contidos neste termo.

1.1 O licitante deverá fornecer os itens e quantidades especificadas abaixo:

Item	Descrição	Qtde
01	Suite de Software antivírus para servidor de rede / estação de rede / gerenciamento centralizado	500
02	Serviço de suporte técnico e atualização de versão	24 meses

1.2 A especificação detalhada dos softwares (item 01) encontra-se no Item 4, enquanto que as do serviço (item 02), encontra-se no item 5 deste projeto básico.

2. OBJETIVO

Prover o Ministério Público do Estado da Paraíba de Solução Corporativa de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus de computador e demais programas maliciosos.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ITEM 01 – Suíte de software antivírus para servidor de rede / estação de rede / gerenciamento centralizado

Quantidade: Licenciado para proteger 500 equipamentos.

3.1 Especificações técnicas de SOFTWARE PARA SERVIDOR DE REDE

SEQ	CARACTERÍSTICAS
3.1.1	Possuir versões para Microsoft Windows 2000, Microsoft Windows Server 2003, Microsoft Windows Storage Server 2003 (32 e 64-bit), Microsoft Cluster Server 2000/2003
3.1.2	O software deve ser atualizado gratuitamente, incluindo melhorias e novas versões durante o período de vigência do contrato;
3.1.3	Instalação remota nos servidores, sem requerer outro software ou agente adicional, previamente instalado.
3.1.4	Atualização automática das vacinas de forma incremental e da versão do software. O horário de atualização deve ser configurável. A atualização deve permitir conexão através de serviço proxy.
3.1.5	O software deve ser a última versão disponibilizada pelo fabricante.
3.1.6	Fornecer, em tempo real, o status atualizado dos servidores, com as seguintes informações: data das vacinas, versão do antivírus, nome da máquina, usuário, IP e endereço MAC.
3.1.7	Permitir o bloqueio das configurações dos servidores, para que não possam ser alterados.
3.1.8	Geração de backup dos arquivos antes da remoção de vírus.
3.1.9	Detecção e remoção de vírus de macro em tempo real.
3.1.10	Notificação automática ao administrador em caso de epidemia de vírus.
3.1.11	Armazenamento da ocorrência de vírus em log local customizado pelo administrador e em servidor.
3.1.12	Detecção de vírus no protocolo POP3.
3.1.13	Proteção contra desinstalação e desativação não autorizada do produto.
3.1.14	Fornecimento de vacina para novos vírus num prazo máximo de 24 horas a partir do acionamento ao fornecedor.
3.1.15	Possibilidade de retorno de versão anterior das vacinas remotamente, a partir da console de gerenciamento.
3.1.16	Instalação sem necessidade de reiniciar o servidor.
3.1.17	Possibilidade de geração de imagens de servidores com o antivírus.
3.1.18	Gerenciamento remoto centralizado através de uma console web (Internet Explorer)
3.1.19	Possibilidade de agrupamento dos servidores, com configurações específicas para cada grupo.
3.1.20	Auto-reparação de danos causados por vírus do tipo “Trojan Horse” de forma automática, sem a necessidade de agentes ou pacotes adicionais. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

SEQ	CARACTERISTICAS
	sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.1.21	Rastreamento de arquivos compactados nos formatos mais utilizados em ate 20 níveis de compactação.
3.1.22	Capacidade para, em caso de epidemia, bloquear acesso às pastas compartilhadas, a portas TCP e UDP, e acesso de escrita e exclusão a diretórios e arquivos específicos, restaurando as configurações originais ao termino da epidemia, ambos de forma automática ou manual através de políticas recebidas do fabricante.
3.1.23	Capacidade de procurar códigos maliciosos, definidas pelo próprio fabricante.
3.1.24	Possibilidade de colocar arquivos e diretórios em listas de exclusões para não serem verificados pelo antivírus.
3.1.25	Permitir o reinício automático dos serviços do antivírus caso esse tenha sido parado devido a algum código malicioso, sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.1.26	Capacidade de reservar espaço em disco para atualizações.
3.1.27	Proteção contra spywares e adwares integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais. Essa função deve ser nativa da solução.
3.1.28	Personal Firewall integrado ao software antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.1.29	IDS integrado à solução de antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes o pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.1.30	Possibilidade de funcionamento e administração independente da ferramenta de gerenciamento centralizado.
3.1.31	Permitir configurar quanto de CPU será utilizada para uma varredura manual ou agendada.
3.1.32	Proteção contra vírus de rede (Network Vírus) integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada.
3.1.33	Fornecer notificações caso haja alguma anomalia na rede (IDS, Personal Firewall e/ou vírus de rede).
3.1.34	Proteger os arquivos e chaves de registro contra deleção não autorizada.
3.1.35	Ter um mecanismo de backup/restore da base de dados da solução, integrada à console de gerenciamento.
3.1.36	Enviar uma notificação customizada para a fonte da infecção.
3.1.37	Arquitetura de software que permita através de plug in inserir novas



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

SEQ	CARACTERISTICAS
	funcionalidades e tecnologias no produto sem a necessidade de reinstalação ou remoção/instalação da versão atual.
3.1.38	Proteção integrada através de um único programa das ameaças de víruses, trojans, network worms, spyware, rootkits.
3.1.39	Ter tecnologia de proteção de ameaças Web por serviço de reputação Web gratuito e integrado no produto com ajuste no nível de sensibilidade da detecção e que funcione para clientes internos e externos na rede.
3.1.40	Suportar NAC e NAC2 framework
3.1.41	Notificações quando vírus é detectado ou quando a ação de limpeza é falha através de email, pager, Snmp e evento de NT
3.1.42	Detectar e remover ROOTKITS através de um módulo específico para Rootkits integrado no produto.

3.2 Especificações técnicas de SOFTWARE PARA ESTAÇÃO DE REDE

SEQ	CARACTERISTICAS
3.2.1	Possuir versões para Microsoft Windows 2000, XP, 2003 e Vista (32 e 64 bits) certificado pela Microsoft.
3.2.2	O software deve ser atualizado gratuitamente, incluindo melhorias e novas versões durante o período de vigência do contrato;
3.2.3	Instalação remota nas estações de trabalho, sem requerer outro software ou agente adicional, previamente instalado.
3.2.4	Atualização automática das vacinas de forma incremental. O horário de atualização deve ser configurável. A atualização deve permitir conexão através de serviço proxy.
3.2.5	Desinstalação automática e remota da solução de antivírus proposta e atual na estação, sem requerer outro software ou agente.
3.2.6	Fornecer, em tempo real, o status atualizado das estações de trabalho, com as seguintes informações: data das vacinas, versão do antivírus, nome da máquina, usuário, IP e endereço MAC.
3.2.7	Permitir o bloqueio das configurações do cliente, para que não possam ser alterados pelos usuários.
3.2.8	Geração de backup dos arquivos antes da remoção de vírus.
3.2.9	Detecção e remoção de vírus de macro em tempo real.
3.2.10	Notificação automática ao administrador em caso de epidemia de vírus.
3.2.11	Armazenamento da ocorrência de vírus em log local e em servidor.
3.2.12	Detecção de vírus no protocolo POP3.
3.2.13	Proteção contra desinstalação e desativação não autorizada do produto.
3.2.14	Fornecimento de vacina para novos vírus num prazo máximo de 24 horas a partir do acionamento ao fornecedor.
3.2.15	Possibilidade de retorno de versão anterior das vacinas remotamente, a



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

SEQ	CARACTERISTICAS
	partir da console de gerenciamento.
3.2.16	Instalação sem necessidade de reiniciar a estação de trabalho e servidor.
3.2.17	Possibilidade de geração de imagens de estação de trabalho com o antivírus.
3.2.18	Gerenciamento remoto centralizado através de uma console web (Internet Explorer).
3.2.19	Possibilidade de agrupamento das estações de trabalho, com configurações específica para cada grupo.
3.2.20	Auto-reparação de danos causados por vírus do tipo “Trojan Horse” de forma automática, sem a necessidade de agentes ou pacotes adicionais. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.2.21	Rastreamento de arquivos compactados nos formatos mais utilizados em ate 20 níveis de compactação.
3.2.22	Capacidade para, em caso de epidemia, bloquear acesso às pastas compartilhadas, a portas TCP e UDP, e acesso de escrita e exclusão a diretórios e arquivos específicos, restaurando as configurações originais ao termino da epidemia, ambos de forma automática através de políticas recebidas do fabricante.
3.2.23	Capacidade de procurar códigos maliciosos, definidas pelo próprio fabricante.
3.2.24	Possibilidade de colocar arquivos e diretórios em listas de exclusões para não serem verificados pelo antivírus.
3.2.25	Permitir o reinício automático dos serviços do antivírus caso esse tenha sido parado devido a algum código malicioso, sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.2.26	Capacidade de reservar espaço em disco para atualizações.
3.2.27	Proteção contra spywares e adwares integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais. Essa função deve ser nativa da solução.
3.2.28	Personal Firewall integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.2.29	IDS integrado à solução de antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes o pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada. Essa função deve ser nativa da solução, atualizada de forma automática e sem a necessidade da intervenção do administrador.
3.2.30	Possibilidade de funcionamento e administração independente da ferramenta de gerenciamento centralizado.
3.2.31	Permitir configurar quanto de CPU será utilizada para uma varredura



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

SEQ	CARACTERISTICAS
	manual ou agendada.
3.2.32	Proteção contra vírus de rede (Network Vírus) integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais, gerenciado de forma centralizada.
3.2.33	Fornecer notificações caso haja alguma anomalia na rede (IDS, Personal Firewall e/ou vírus de rede).
3.2.34	Proteger os arquivos e chaves de registro contra deleção não autorizada.
3.2.35	Ter um mecanismo de backup/restore da base de dados da solução, integrada à console de gerenciamento.
3.2.36	Enviar uma notificação customizada para a fonte da infecção.
3.2.37	O software deve ser a última versão disponibilizada pelo fabricante
3.2.38	Ter integração com o Windows security center do Windows vista
3.2.39	Detectar e remover ROOTKITS através de um módulo específico para Rootkits integrado no produto.
3.2.40	Notificações quando virus é detectado ou quando a ação de limpeza é falha através de email, pager, Snmp e evento de NT
3.2.41	Arquitetura de software que permita através de plug in inserir novas funcionalidades e tecnologias no produto sem a necessidade de reinstalação ou remoção/instalação da versão atual.
3.2.42	Ter tecnologia de proteção de ameaças Web por serviço de reputação Web gratuito e integrado no produto com ajuste no nível de sensibilidade da detecção e que funcione para clientes internos e externos na rede.
3.2.43	Proteção integrada através de um único programa das ameaças de viruses, trojans, network worms, spyware, rootkits.

4.3 Especificações técnicas de SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO CENTRALIZADO

SEQ	CARACTERISTICAS
4.3.1	Gerenciamento centralizado e remoto com interface WEB através de browser.
4.3.2	Permitir criação de diversos usuários para gerenciamento e com diferentes níveis de acesso.
4.3.3	Atualizar e implementar políticas de segurança para toda a solução, de forma automática, em caso de epidemia, restaurando as configurações originais ao fim da epidemia.
4.3.4	Permitir criar relatórios agendados sobre o status de toda a solução.
4.3.5	Permitir criar planos de distribuição das atualizações.
4.3.6	Ter um serviço de verificação remoto, manual e agendado, que detecte e



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

SEQ	CARACTERISTICAS
	remova danos causados por vírus do tipo “Trojan Horse”.
4.3.7	Centralização de logs.
4.3.8	Permitir criar tarefas de análise, on-demand ou de forma agendada, buscando vulnerabilidades do sistema operacional ou aplicativos da Microsoft.
4.3.9	Relacionar as vulnerabilidades, segundo critério da própria Microsoft, com códigos maliciosos que podem explorá-las.
4.3.10	Identificar os patches necessários para a correção da vulnerabilidade encontrada, bem como mostrar um breve descritivo desta.
4.3.11	Realizar comparativos entre as tarefas de verificação executadas, e mostrar o status do combate às vulnerabilidades.
4.3.12	O software deve ser a última versão disponibilizada pelo fabricante.

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO

- 4.1.1 A licitante deverá na prestação de suporte técnico, disponibilizar suporte telefônico e via Internet à solução durante o período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- 4.1.2 A licitante deverá disponibilizar site na Internet para abertura de chamados técnicos.
- 4.1.3 Os suportes telefônico e via Internet deverão permanecer disponíveis de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00 às 18:00 e deverão ser prestados unicamente à equipe de redes e segurança da área de informática do Ministério Público da Paraíba, referente a problemas de funcionamento e/ou configuração dos produtos fornecidos.
- 4.1.4 O tempo de atendimento deverá ser de até 8 horas após a abertura do chamado.

5. DOCUMENTAÇÃO

A Licitante deverá apresentar em sua proposta:

- 5.1 Declaração do fabricante, afirmando que estará disponibilizando estrutura de suporte ao licitante, caso seja vencedor do processo, durante o período de garantia.
- 5.2 Declaração do fabricante, afirmando que o licitante é revenda apta a comercializar, instalar, configurar e prestar atendimento técnico a solução ofertada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

- 5.3 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou o fornecimento de licenças de software do antivírus e prestação de serviços, em quantidade e especificações similares.
- 5.4 Descrição detalhada da Solução Corporativa de Antivírus através de folders, ou catálogos ou manuais e/ou outros que possam comprovar a adequação do produto às exigências deste Projeto Básico.
- 5.5 A licitante deverá apresentar declaração do fabricante dos softwares informando que serão fornecidas as atualizações de versões dos produtos e assinaturas de vírus durante o período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- 5.6 Declaração do fabricante informando que possui grupo de resposta à incidência de vírus, para o qual podem ser enviados, via FTP ou e-mail, arquivos contaminados que não foram detectados pelo software de antivírus para que sejam incluídos na base de vacinas.

6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 6.1 A entrega dos softwares deverá ser feita pela empresa vencedora da licitação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato e/ou do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho.
- 6.2 Os softwares deverão ser entregues na sede do Ministério Público do Estado da Paraíba, localizada na cidade e João Pessoa.

2 - Das Considerações Gerais:

O produto descrito neste termo, objeto deste edital, deverá ser entregue em embalagem própria, e as demais exigências legais.

O produto deverá possuir identificação do fabricante e demais informações exigidas na legislação em vigor, bem como deverá estar acondicionado na embalagem original do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem.

O adjudicatário deverá entregar o produto embalado adequadamente, em perfeita condição, sem defeitos, acompanhados da Nota Fiscal, para conferência, na Procuradoria-Geral de Justiça, à



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

Rua Rodrigues de Aquino s/n, Coordenadoria de Informática, no período das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, em dias úteis.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores manifestamente excessivos ou inexequíveis.

3 - Dos documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) **prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC)**, exigindo-se que esteja com data de validade vigente, se for o caso, relativo ao domicílio ou a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) **prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

- l) certidão negativa de falência ou concordata, emitida pelo distribuidor da sede da licitante, **exigindo-se que tenha sido expedida, no mínimo, A PARTIR DO 1º (PRIMEIRO) DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2008.**

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo I.

Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. **No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.**

4 – Das obrigações:

- a) Constituirão obrigações da adjudicatária, além das especificadas na legislação:
- b) Entregar o objeto adquirido em conformidade as especificações contidas neste termo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação da nota de empenho;**
- c) Substituir, arcando com as despesas decorrentes, o bem que apresentar alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades que comprometa a qualidade do produto;
- d) Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, suas obrigações.

5 - Do preço:

O preço do produto deverá ser o mesmo apresentado na proposta vencedora, durante o prazo de validade, que não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

**JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO
Procuradora-Geral de Justiça**



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

ANEXO V - Minuta de CONTRATO Nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE QUE ENTRE SI FIRMAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA - PGJ E A EMPRESA _____.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – PGJ, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.284.0001/0001-80, com sede em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, à Rua Rodrigues de Aquino, SN, Centro, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, Dra. JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO, brasileira, casada, Procuradora de Justiça, residente e domiciliada nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portadora do RG sob o nº-SSP/PB e do CPF nº, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à Av./Rua, nesta capital, representada pelo(a) Sr.(a), sócio, brasileiro, casado, residente e domiciliado à, nesta Capital, portador(a) do RG sob nº e do CPF nº, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, o qual decorre de Processo Licitatório PGJ nº/2008, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2008, e, em especial, as cláusulas e condições seguintes, mútua e livremente pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço de suporte e englobando atendimento telefônico vinte e quatro (24) horas, sete dias por semana, suporte Web, com atualização de versão e atualização de produto por um período de vinte e quatro (24) meses e demais obrigações previstas no Termo de referência.

Parágrafo único – O objeto do presente instrumento é fruto da aquisição de quinhentas (500) Licença de uso do Software Antivírus.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Integra o presente Instrumento, como se nele transcrito estivesse, para todos os fins de direito, o edital, o Termo de Referência e todos seus anexos, além da Proposta vencedora do certame, do qual as partes CONTRATANTES declaram ter pleno conhecimento do seu teor e forma.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

Para execução do presente CONTRATO, serão obedecidas as seguintes normas gerais:

- a) – Qualquer alteração do presente CONTRATO, deverá ser formalizada por aditamento, ajustado entre as partes, que passará a integrar este CONTRATO como se nele transcrito estivesse, sendo no que couber, originado de uma Proposta Técnica;**
- b) – O recurso para pagamento do presente CONTRATO tem como natureza da despesa , código , fonte .**

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São as seguintes as obrigações da CONTRATADA, para pleno cumprimento do presente CONTRATO:

- a) Encaminhar a CONTRATANTE à atualização de versão e atualização de produto.**
- b) Atendimento telefônico vinte e quatro (24) horas, sete dias por semana, com suporte Web, pelo período de 24 meses.**
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento dos Impostos, Taxas, Encargos Previdenciários ou outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à execução do presente CONTRATO, sem qualquer ônus para a contratante.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para pleno cumprimento do presente CONTRATO, são obrigações do CONTRATANTE:

- a) Garantir acesso dos funcionários da contratada para a execução de serviços que se fizerem necessários para o regular funcionamento do produto adquirido.**
- b) Comunicar os problemas técnicos a contratada, fornecendo todos os dados.**

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Os serviços objeto deste CONTRATO, serão fiscalizados e controlados pelo CONTRATANTE, através da Coordenadoria de Informática.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

Para o cumprimento do que trata o presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço de R\$ xxxxxx referente ao valor da aquisição de quinhentas (500) Licença de uso do Software de Antivírus..

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

Não haverá pagamento mensal ou anual, exceto o valor da aquisição das licenças, que será efetuado com a entrega efetiva, observando-se as condições imposta para o recebimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não haverá qualquer ônus para a contratante, exceto o pagamento do que trata o captu desta cláusula.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Durante a vigência do prazo de 24 meses não haverá reajuste ou pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A rescisão deste CONTRATO far-se-á de acordo com o estabelecido nos Artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considerando ainda o disposto no Artigo 79, Inciso II, da citada Lei, fica estabelecido que, se as partes desejarem amigavelmente o presente CONTRATO, terão que, expressamente, comunicar à outra com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO

A vigência do presente CONTRATO se iniciará na data de sua assinatura e terá duração de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DESCONTO DO VALOR DA MULTA



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

1 - O **Contratante** poderá aplicar à **Contratada**, nos termos do arts. 77, 78, 81, 86 e 87 (inexecução total ou parcial, todos da Lei nº 8666/93, mediante publicação no Diário da Justiça do Estado, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perduraram os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pela inexecução total ou parcial das obrigações constantes da cláusula terceira e do Termo de Referência do Ato Convocatório, será aplicada multa no percentual de até **10% (dez por cento) sobre o valor da aquisição.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços objeto deste contrato ou não cumprimento dos prazos para início de atendimento para execução do que for solicitado, que deverão ser executados na forma solicitada pela Coordenadoria de Informática, levando em consideração o que se aplica no mercado, além das descritas e estabelecidos no Termo de Referência do Ato Convocatório, que integra o presente instrumento, será cobrado multa de mora de 5% (cinco por cento) sobre o valor pago pela 500 unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este **CONTRATO** regula-se pelas suas Cláusulas e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhes supletivamente os princípios gerais da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado, reconhecendo-se os Direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, prevista na Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os casos omissos serão solucionados segundo os princípios jurídicos aplicáveis, não acarretando qualquer efeito impeditivo da aplicação das regras cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO

As partes elegem o Foro do Município de João Pessoa/PB, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste **CONTRATO**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo PGJ nº 3099-07
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2008

E por estarem assim, justas e CONTRATADAS, as partes firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, em 02 (duas) vias de igual teor e finalidade, na presença de 02 (duas) testemunhas “In fine” assinadas.

João Pessoa, _____ de _____ de 2008.

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____